mentos, vagos, e também tem a construção de muitos prédios. Mas não prédios de HIS. E temos uma área que é de muito cortiço. Então, o que vamos fazer com essas famílias? E há muita sugestão, muitas áreas que também estão ociosas e que podem ser muito bem reaproveitadas, que são os baixos viadutos. Principalmente alguns com muita referência, que é a questão do viaduto da Major Diogo e Viaduto Café Filho, que é ali na Santo Antônio. E é uma área que requer requalificação. Não sei se fui eu que não ouvi, mas, no momento da apresentação de requalificação ou adensamento, mas não vi a Bela Vista. **Sra. Rita** - Carmen, a senhora está certa. O que acontece? Estamos trabalhando quase que exclusivamente na área da macroárea de estruturação metropolitana, ou seja, pegamos uma parte da Bela Vista, aquela parte que está da via de ligação Leste-Oeste para a área central. A parte que está fora disso não está abrangida no projeto, que pega justamente a Grota do Bixiga, aquela área tombada, onde há uma concentração de imóveis históricos. Muitos deles com uso habitacional nessas condições que a senhora descreveu. Essa área não é abrangida no projeto. Acho que vamos poder dialogar muito com aquele trecho da Bela Vista, que faz parte da área central. Acho que muito dificilmente essa lei ou esse conjunto de leis vai abarcar essa área da Grota do Bixiga porque essa área está no que se chama de área de urbanização consolidada. Talvez possamos, para colaborar na solução desse problema, desenvolver para a questão habitacional, onde o nosso foco seja a qualificação de habitações coletivas, algum projeto que seja até um projeto piloto e que depois possa ser replicado para outras áreas. Talvez, se concebermos a nossa intervenção já imaginando isso, imaginando projetos que possam ser replicados em outras áreas do território, tenhamos algum ganho. Mas, efetivamente, essa área que a senhora está mencionando não está no projeto. **Sra. Carmen** - Se requalifica um pedaço e esquece o outro, aí não vai dar certo. A Bela Vista não pode ser dividida dessa forma. **Sra. Rita** - Ela foi cruelmente dividida. **Sra. Carmen** - Ela foi cruelmente dividida. Fico pensando em um sentido de colocar alguns projetos. A Bela Vista é muito rica em entidades, não só de moradia, mas também na conservação. Por exemplo, temos o Museu do Bixiga, o Novo Olhar. Posso fazer aqui um release para os senhores, (mas, não é o momento), de todas as entidades atuantes, principalmente, a própria Vai-Vai. Há muitas entidades. E será muito dispendiosa a perda, ao requalificarmos ou adensarmos uma parte da Bela Vista e deixar a outra. Para quê? Estamos vivendo um momento agora que é uma briga imensa com o Parque Bixiga e o Silvio Santos, no intuito de se criar uma área verde. Porque pensamos que estamos na região central, que tem tudo e que o Bixiga tem tudo. O Bixiga não tem. O Bixiga tem o maior número de mazelas, justamente pelo adensamento dos cortiços e também pela necessidade de a população ser bem servida em outras coisas. Tem muito lazer, muita cultura, mas não tem parque. São áreas que estão ali inúteis. E estou vendo que está no corte, está fora. **Sr. João Bosco** - Sou conselheiro eleito pelo MUHAB. Associação de Defesa do Consumidor e Contribuinte. Parabéns pela apresentação. Foi bem melhor do que a outra. Estava olhando nos dez distritos e há alguma coisa em torno de meio milhão de habitantes. Não é fácil trabalhar essa área. **Sra. Rita** - Exatamente. **Sr. João Bosco** - Em minha somatória deu quinhentos e três mil. Não é fácil. Sra. Rita - Exatamente. Meio milhão de pessoas é uma cidade bem grande já. **Sr. João Bosco** - É uma cidade bem grande já. Então, tecnicamente, gostei muito da apresentação, e gostei daquela parte, quando a senhora citou da provisão de HIS. Mas me faltaram dois pontos extremamente interessantes: quantidade e custo. **Sra. Rita** - Nesse momento do projeto não temos isso. Estamos em uma etapa de construção do projeto. Quer dizer, temos os dados do PMH que falam de demanda e tudo mais. De alguma forma, há um dimensionamento da SEHAB pelas demandas dessas áreas. O que acontece? Na definição do Programa de Provisão Habitacional, o que vamos fazer? Há várias formas de atuar. Por enquanto, concebemos duas, mas, na medida em que formos fazer esse trabalho com os movimentos de moradia, coletivos e tudo mais, talvez surjam outras. O que imaginamos? Primeiro, a história dos bairros populares qualificados nos perímetros de ZEIS. Quando olhamos a área central, as manchas de ZEIS são extensas, mas, quando vamos ver detalhe a detalhe, na verdade, aqueles imóveis que nos permitiriam uma atuação imediata, isso é, sem deslocar ninguém, terrenos vagos, não sei o que, não temos um número muito expressivo. Quer dizer, é um número grande? Fizemos uma conta de padaria pegando a área, multiplicando por quatro, não sei o que, e dá um número importante. Acho que é algo em torno de quinze mil unidades, imaginando o que disse: terrenos vagos, subutilizados, que não impliquem em deslocamento de população e tudo mais. Aí, o que imaginamos? Dar incentivos ao incorporador imobiliário para que esses perímetros de ZEIS sejam principalmente produzidos pelo empreendedor privado, respeitando os percentuais estabelecidos que dizem que 60% é Faixa 1, 20% pode ser da Faixa 2, e mais 20% para HMP e HIS. Quer dizer, estamos imaginando de que maneira podemos, mais uma vez, contar com a participação da iniciativa privada nessa provisão habitacional. Em relação à quantidade, acho que ao longo do desenvolvimento do projeto vamos conseguir ter números mais demonstráveis. Quer dizer, a demanda foi levantada, mas o que pode ser esperado desse projeto como meta? Outra coisa que pensamos também é dar incentivos especiais sempre que o retrofit for para o uso habitacional e mais incentivos ainda quando ele for para o uso habitacional de interesse social, para Locação Social. Isso depende de um diálogo com a SEHAB também em relação aos programas que ela venha a estabelecer de Locação Social ou outros. Como eu disse, não estabelecemos as políticas. Isso é uma prerrogativa da Secretaria de Habitação. Participamos subsidiando as ações da SEHAB. A nossa tarefa é encontrar incentivos à produção imobiliária, de forma que o empreendedor privado participe da provisão habitacional de interesse social particularmente para atendimento da Faixa 1. **Sra. Laisa** - Boa tarde. Sou representante da CUT. Primeiro agradecer pelo diagnóstico bastante detalhado, um grande trabalho dos funcionários da prefeitura. E tenho só um questionamento sobre alguns assuntos em relação ao diagnóstico que acho relacionados a esse nosso espaço aqui, enquanto Conselho de Habitação. Um é sobre o levantamento dos cortiços em área central, que sabemos que é um dado bastante difícil. Temos informação de que a prefeitura tem intenção de contratar um censo dos cortiços, só que não temos informação sobre em que pé está isso. Acho que isso seria essencial para subsidiar esse projeto da Operação. Acho que seria importante ou o representante da SEHAB ou os senhores nos informarem em que pé está esse censo. Outra questão é sobre o levantamento detalhado das ocupações. Acho que estamos em um momento bastante latente da discussão das ocupações em área central. Sabemos também que a prefeitura tem feito as vistorias nas ocupações, mas sem dúvida esse é um fator primordial para começar a pensar em qualquer projeto no centro. E a questão dos moradores de rua. Acho que esses três dados são muito importantes termos bastante detalhados nesse diagnóstico. A segunda questão, não sei se os senhores já têm a resposta, mas acho primordial, que é a questão do financiamento. Não sei se já pensaram sobre isso, sobre o modelo de financiamento. **Sra. Rita** - O tempo todo. **Sra. Laisa** - Difícil não pensar. Se o modelo de financiamento vai seguir o usual das outras operações, se vai ser CEPAC, se são outros e quais serão, porque o financiamento é um gargalo histórico. **Sra. Rita** - Exatamente. Censo de cortiços, esse censo é uma lenda. Ele começou em 2004. Contratamos Suzana Pasternak para fazer. Finalmente ele vai sair. Em que pé está, André? Conte para nós, por favor. **Sr. André** - Sou arquiteto da São Paulo Urbanismo. Pertenço à Gerência de Participação Social e essa gerência acompanha as audiências e os encontros dos conselhos gestores das Operações Urbanas. O censo de cortiços está sendo pago com o dinheiro da Operação Urbana Centro. Tivemos uma reunião há um mês e temos uma próxima reunião na segunda-feira que vem, que poderá detalhar com mais precisão de tempo, porque estou com essa informação de um mês atrasada sobre o censo de cortiços, mas a informação era de que estava no Jurídico da SEHAB para análise; que propostas haviam sido recebidas de algumas entidades. Então, estava nessa análise jurídica e creio eu que pela avaliação que a SEHAB expos na última reunião do conselho gestor é uma questão de pouquíssimo tempo para que esse censo possa ser contratado e efetivamente aconteça. **Sra. Rita** - Muito provavelmente o nosso primeiro esboço desse projeto vai ficar pronto antes do censo. Isso não significa que não possamos ajustá-lo na medida em que chegarem as novas informações. Mas vamos fazer as duas coisas ao mesmo tempo por conta dos prazos que temos. Bom, já chegamos a assinalar algumas ocupações. Nossos dados são velhos, de 2015, que estão pintadinhos no mapa. Temos os endereços. Tudo isso vamos ter oportunidade de atualizar na elaboração desse projeto. A solução das ocupações ou de qualquer forma de qualificação da moradia subnormal é um pouco essa. Quer dizer, eu, pessoalmente, acho que as pessoas que tiveram algum contato com aquela proposta do projeto Mundaréu da Luz viram a diversidade de modalidades de atendimento que podemos incorporar ao nosso repertório de provisão habitacional, coisas de população flutuante, que vem e fica um período na cidade e, depois, volta. Então, acho que vamos ter oportunidade de refinar isso, de que maneira atuar em cada um. Principalmente, quem está mais ligado a essa questão dos movimentos de moradia já deve ter estruturado melhor as suas demandas e vai poder dar a sua contribuição de forma mais efetiva. Por isso decidimos nessa etapa de elaboração do projeto conversar com os diversos segmentos que vivenciam os problemas, seja na área habitacional, na área do comércio, na área da mobilidade, enfim. O pessoal de SMADS também porque em outras operações urbanas, talvez por não serem na área central, a questão do morador de rua nunca foi abordada. Aqui não poderia deixar de ser. Na área central, e falo como moradora da área central, é onde esse problema revela sua face mais intensa. Então, esse programa tem que ter um olhar para a população moradora de rua. A questão de financiamento. Muito provavelmente, e não digo que não porque ainda estamos em estudo, mas, muito provavelmente, não teremos uma Operação Urbana nessa área com CEPAC, mas teremos o retorno da outorga onerosa. Entendemos que esses vinte anos de vigência da lei foram suficientes; o mercado imobiliário foi incentivado e vimos aqui a produção do número de habitações na área central. Essas habitações não foram direcionadas para a Faixa de Interesse Social. Tudo bem. É perfeito; buscávamos uma retomada da moradia no centro. Isso aconteceu. E acreditamos que o fato dessa gratuidade se extinguir não vai significar que as pessoas não vão edificar mais. Pelo contrário: já ganhou um impulso próprio esse mercado e tem condições de acontecer. Vamos reservar gratuidade para melhorar o equilíbrio econômico da ZEIS 3, para que essa ZEIS 3 possa ser viabilizada com participação do incorporador privado. Hoje de manhã fizemos uma reunião de trabalho, surgiram novas ideias da Rosane, que foi uma aquisição da São Paulo Urbanismo, vindo de SMU, de coisas que podemos sim incentivar a produção imobiliária no âmbito da própria ZEIS ou fora dela, enfim. São mecanismos que estamos estudando e a nossa fonte de arrecadação vai ser principalmente a outorga onerosa. Ela vai ser retomada na área central, muito provavelmente em bases que serão recalculadas e esse vai ser nosso recurso. Qual a diferença da outorga para o CEPAC? A outorga onerosa não é um recurso que chega de uma vez, como é um leilão de CEPACs. Ainda que se cogite em algum momento leilão de outorga, que é uma coisa meio confusa ainda. Mas estamos estudando isso, a possibilidade de disponibilizar potencial construtivo em lotes de forma mais simplificada do que a emissão de CEPAC e tudo mais. Mas, é isso. Eu estava conversando outro dia com o pessoal do Mundaréu da Luz. Os direitos sempre implicam pensar na condição que temos de realizá-los. E acho que o nosso objetivo, da equipe que se debruça sobre esse projeto, é criar um projeto factível, quer dizer, que aquilo que vendemos, consigamos entregar. Então, vai ser um projeto muito aberto. Vamos falar francamente, honestamente, com todos aqueles que vão fazer parte dessa interlocução. **Sr. Aloísio** - Aproveitando a fala do André e a pergunta da Laisa a respeito do censo, uma vez esse contrato estando para análise do Jurídico da SEHAB, proponho a este Conselho que, assim que concluídas essas questões jurídicas da contratação e a finalização desse relatório que foi produzido, que venha ao conhecimento do Conselho para dar ampla divulgação e para se abrir o debate. Ana, a senhora monitora isso para mim? **Sra. Ana Maluf** - Sim. **Sra. Cibeli** - Represento o CREA de São Paulo, sou engenheira. E gostaria de saber se existe a possibilidade de recebermos essa apresentação, porque ela tem um levantamento que acho que vai ser muito interessante para os profissionais de engenharia, para saberem com relativa antecedência, e autorizada pelos senhores, para onde essa cidade e essa região da cidade devem caminhar. É muito importante para a engenharia do Estado saber essa informação. Se pudermos receber, agradeço. Muito obrigada. **Sra. Rita** - Inclusive, se o CREA quiser uma conversa, participar desses diálogos setoriais, é muito bem-vindo. O IAB estará, enfim. Todo mundo. **Sr. Celso** - Boa tarde. Sou professor da Universidade Mackenzie. Rita, gostaria de fazer duas perguntas. Primeiro se o perímetro da Operação Urbana Centro permanecerá o mesmo. Segundo, existia uma abertura, me parece, de que no limite da Operação Urbana poderia haver um espelhamento e poderíamos ter as mesmas regras para o espelhamento, lotes lindeiros. Complementando a pergunta da Carmen, naquela região do Bixiga, temos um trecho de ZEIS na região do Humaitá, naquela região próxima à Praça Pérola Byington. Há um conjunto muito grande de ZEIS nessa região. Será que podemos contar com as regras da Operação Urbana também nesse trecho? Porque temos todo um território lá que é um triângulo formado pelo Viaduto Júlio de Mesquita, Brigadeiro Luís Antônio e Ruy Barbosa, e uma presença muito forte de cortiços principalmente na rua Maria José e Conselheiro Ramalho. Então, gostaria de saber se, além do espelhamento aos lotes lindeiros, também poderíamos nessa área ter alguma prerrogativa da Operação Urbana Centro. **Sra. Rita** - Por favor, podemos achar aquele slide que tem o perímetro proposto? Depois dessa parte de diagnóstico, temos o perímetro de estudo proposto. Começa em hipótese urbanística. Então, temos uma beiradinha ali que incluímos, na Liberdade, que agora acho que pega uma parte da Liberdade, mas na Conselheiro Furtado. O que acontece? Sempre fazemos um trabalho de borda. Quer dizer, não se vai trabalhar daqueles logradouros para dentro exclusivamente. Particularmente, nessa área da ligação Leste-Oeste, que fragmentou um bairro que era único, então, sempre estudamos formas de conexão dessas duas áreas. Mesmo ali, na Baixada do Glicério, que tem essas questões, quer dizer, toda vez que temos esse perímetro, não é fácil dizer que de um lado da calçada é de uma coisa e do outro é de outra. Então, essas costuras, estamos tendo em geral. Não sei se vamos conseguir avançar muito dentro da Bela Vista, mas o que podemos imaginar é conceber propostas de intervenção que tenham esse caráter que disse para a Carmen, um projeto que possa ser replicado, seja na forma de abordagem, seja na forma de incentivos. Vamos ver de que maneira isso caminha, porque esse perímetro, com exceção daquela barriguinha ali em direção à Liberdade, tudo isso está contido na macroárea de estruturação metropolitana. No Projeto Bairros Tamanduateí incluímos um pequeno trecho que está fora dessa área. E trabalhamos com outorga. Como o objetivo é trabalhar com outorga em todo esse perímetro, talvez possamos fazer umas incursões pelo outro lado, de forma a melhorar a conectividade dessas duas coisas. Mas é algo que vai sendo construído ao longo do desenvolvimento do projeto. **Sra. Ana Maluf** - Gostaria de saber se a Rita nos autoriza disponibilizar essa apresentação no nosso site do Conselho Municipal de Habitação. **Sra. Rita** - Claro que sim. Vai haver uma versão reduzida desse diagnóstico, que é mais acessível a todos os munícipes, e a versão com cinco mil folhas, que foi produzida para aqueles que quiserem se enfronhar um pouco mais. Isso vai ser disponibilizado no site do Gestão Urbana. Mas, desde já, os senhores podem colocar essa apresentação que é uma versão bastante simplificada desse diagnóstico. **Sra. Maria Cecília** - Boa tarde. Sou arquiteta da COHAB. A senhora falou das orlas como um projeto para gerações futuras. Dos projetos estratégicos, a senhora também citou Minhocão, Nova Luz e Arco e não citou o Parque Dom Pedro II, que é justamente a orla de mobilidade, que eu vejo como um projeto para já, não é? É totalmente possível. Ou para ontem, talvez. Obrigada. **Sra. Rita** - Olhe, não fale que eu choro. O Parque Dom Pedro, estávamos olhando hoje cedo. No Parque Dom Pedro acontecem várias coisas. Temos uma proposta de concessão dos terminais, do Terminal Parque Dom Pedro e Mercado. Uma proposta de concessão do próprio mercado, o circuito de compras. Temos um projeto que foi do ano 2005, da gestão Kassab, que ao nosso ver nos parece bastante interessante, do Escritório Una. E nossa tarefa nesse momento é tentar integrar todas essas ações. Por exemplo, por que eu falo das próximas gerações? Porque o trabalho que foi feito no sentido da destruição dos nossos rios não é algo que se desmonta facilmente. Temos essa experiência no Bairros do Tamanduateí onde uma das obras previstas é o destamponamento do Tamanduateí. Para que isso aconteça, precisamos tirar as pistas do Fura Fila de cima deles, jogar para as laterais, desfazer aquele negócio, quer dizer, isso custava cinquenta milhões ou qualquer coisa desse tipo, ou cem milhões. Então, são ações muito custosas e demoram. No Parque Dom Pedro o projeto do Grupo Una, ao qual me referi e ao qual estamos sendo fieis, quanto às diretrizes, ele pressupunha a construção de um túnel para passagem do Corredor Norte-Sul, a demolição dos viadutos. Nesse projeto, se começarmos por essas ações, não vai acontecer nada no Parque Dom Pedro porque a magnitude desses valores, esse túnel custava dois bilhões, quando foi orçado; a demolição dos viadutos só pode acontecer se fizermos as passagens em níveis. Então, tentamos inverter a ordem das coisas, começar pelas coisas fáceis. Por exemplo, uma tentativa – e reforço a palavra tentativa – de aproximar o terminal de ônibus ao terminal de metrô. Os dois sistemas não precisam disso, na verdade, porque ambos atendem principalmente a Zona Leste, mas, com isso, conseguimos liberar uma área de parque acima para que funcione um pouco mais como um parque público na área central. E que se integra melhor à Colina Histórica e que tenha um diálogo melhor entre o Bairro do Brás e o Centro. São tentativas. Então, invertemos a ordem do projeto. Quer dizer, essa apresentação do projeto do Una, do Parque Dom Pedro, se a senhora olhar, a sequência de eventos é justamente oposta ao que vamos fazer, porque nos parece que é mais factível. Não podemos começar com os grandes gastos agora porque efetivamente não há recursos para isso. Quando se olha a orla do Tamanduateí, a APP, Área de Preservação Permanente, que é uma faixa de cinquenta metros a contar da borda do canal, ela está ocupada. Está certo que há muitas áreas que sugerem transformação. Então, temos que esperar que a dinâmica urbana aconteça para que possamos reivindicar essas áreas de preservação permanente. Por isso digo que acho que temos que ser resignados, mas temos uma parte a fazer para que outras gerações avancem nisso. Imaginem qual vai ser a tarefa de melhorar a orla do Tamanduateí? Há uma cena que mostrei aqui que é uma passagem, está a ferrovia passando por cima, aí se tem uma calçada que acho que tem a largura desta mesa e uma pista expressa passando do rio. Aí, ao lado, está, quase soterrada, a Vila Economizadora, que é aquele conjunto de casas. Então, são coisas cuja solução não é imediata. Ela é custosa, não é imediata e temos coisas mais urgentes. Sempre falamos de coisas importantes e urgentes. É importante isso, mas, por exemplo, me parece mais urgente a intervenção na questão habitacional, ou na população moradora de rua. Então, é isso. Vamos nessa toada. **Sra. Maria Cecília** – Acho que a agenda ambiental já está com muito atraso. **Sra. Rita** - Está com muito atraso. É inegável isso, mas temos passos a dar e têm que ser dados. **Sra. Maria Cecília** – Relacionado à escala humana, que a senhora comentou, versus adensamento, aumentar o adensamento de alguns bairros, gostaria que a senhora falasse um pouco sobre isso, como estão imaginando aumentar o adensamento e manter a escala humana. **Sra. Rita** - De uns tempos para cá temos trabalhando com distritos de referência. São espaços da cidade que existem e que têm uma dada fisionomia e um mix de usos que tomamos como referência. Faz alguns anos, desde a Água Branca, que temos usado como mira um bairro de Santa Cecília. É um bairro verticalizado, principalmente as áreas perto da General Olímpio da Silveira, entre a Av. Angélica, Pacaembú, ou mesmo entre a Av. Angélica e Consolação, o Baixo Higienópolis ou Vila Buarque. São áreas verticalizadas, mas onde se tem uma condição. Por que a densidade é importante? Porque a densidade atrai usos de suporte ao uso residencial. Então, se temos uma densidade tal, temos mais comércios, mais feiras, mais supermercados, mais farmácias. Então, uma densidade tal que favorece a atratividade dos usos de suporte ao uso residencial. Por isso que, embora caiba o dobro das pessoas, não nos comprometemos com essa meta que nos parece exagerada, até porque teria que haver um êxodo na cidade para vir todo mundo para o centro, coisa que não vai acontecer. E mesmo essa densidade meta, se é que vamos conseguir, porque a aceleração do crescimento da população de São Paulo diminuiu muito. Não vamos ter gente nova chegando nisso. O crescimento demográfico é pequeno. Então, essas cento e cinquenta mil pessoas que imaginamos, se vierem a se acomodar, vai ser ao longo de um período de tempo dilatado. Talvez seja mais a questão de dar visibilidade a moradores que já estão aqui, mas são subdimensionados, porque habitam cortiços, estão em ocupações, quer dizer, são pessoas que eventualmente podem não ter sido contadas, mas já estão aqui. Então, acho que principalmente trata-se de melhor acomodar uma população que já existe aqui. **Sra. Maria Cecília** – Por isso fiquei na dúvida, porque a senhora falou em aumentar o adensamento. **Sra. Rita** - Porque essa população que o João Bosco somou é a população que é medida. Há um conjunto de pessoas que é invisível, embora essas pessoas estejam presentes ali. Talvez seja mais o caso de dar endereço a essas pessoas. **Sr. Aloísio** – Rita, os senhores têm um calendário de audiências públicas para discutir sobre o PIU Central? O André me informou que a próxima reunião será amanhã, às 14h, na Associação Comercial de São Paulo. Sr. André - Vai ser aqui, no prédio, com a Associação Comercial. **Sr. Aloísio** - Aqui, no prédio, com a Associação Comercial. Ok. E o calendário dos senhores está disponível no site? Sr. André - No site da Operação Urbana, dentro da Operação Urbana Centro. **Sr. Aloísio** – Para quem quiser participar das audiências, há uma inscrição? **Sra. Rita** - Não há. Nesse momento não são audiências públicas. São diálogos setoriais. Então, estamos falando com movimentos de moradia, com associações. Isso não são audiências públicas. É um levantamento de demandas e propostas e problemas de segmentos específicos que se expressam no centro, se utilizam do centro e têm demandas a fazer, que esse projeto pode responder. Então, não é uma audiência pública. Essa audiência pública deve acontecer por volta de outubro, quando tivermos construído com todos esses interlocutores uma versão previa desse projeto, que aí vamos começar essa discussão ampliada. O que entendemos? Na verdade, estamos falando com segmentos, movimentos e associações que têm representatividade. Então, nessa fase de construção do projeto, estamos preferindo tratar com esses núcleos que se reúnem em torno de temas específicos. Então, não há inscrição. **Sr. Aloísio** – Em qual sala será realizada a reunião? **Sra. Rita** - É uma sala pequena. Não é audiência pública. Não pode vir. A menos que tenha a ver com a Associação Comercial. Mas entidades que desejem apresentar propostas podem se inscrever com a Patrícia ou com o André Ramos e aí agendamos uma conversa específica. Tudo bem? Esse número de diálogos será o número que tiver que ser. Podem ser demandadas essas reuniões, mas cada uma vai ser para tratar de uma coisa. **Sr. Aloísio** – Para finalizar, quero comunicar aos senhores a nova data da eleição do Conselho Municipal de Habitação. Temos a nossa arte pronta. Ficou para o dia 1º de julho. Peço a todos que participem, que divulguem, que os movimentos que estão participando do processo eleitoral se articulem. Vamos exercer nossa cidadania. Agradeço a participação de todos, de todos os conselheiros e de todos no auditório. E agradeço também a colaboração de todos os servidores envolvidos aqui, com a reunião. Muito obrigado. Sessão encerrada. (Encerram-se os trabalhos)

HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GABINETE DO SUPERINTENDENTE

CONTABILIDADE

RETIRADA DE NOTA DE EMPENHO

Ficam convocadas as empresas abaixo relacionadas, a retirarem as Nota (s) de Empenho, com a apresentação das cópias autenticadas dos seguintes documentos: CND, FGTS e Certidão de Tributos Mobiliários do Município de São Paulo ou declarações correspondentes, na Gerência Técnica Contábil Financeira, à rua Castro Alves, 63/73 5º Andar de 2 ª a 6ª feira, das 8 às 17 horas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, (Para Processos de Dispensa/Exclusividade/T.P./Convite e Concorrência) e 03 (Três) dias úteis, (Para Processos de Ata de RP e Pregão), a contar desta data.

EMPRESA	PROC/MOD.	N.E
MP COMERCIO DE PROD MEDICOS LTDA	6210.2018/0004238-6 – DISPENSA	2057

DESPACHO - RETIFICAÇÃO DO DESPACHO PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL - CIDADE DE SÃO PAULO.

DESPACHO

O Superintendente do Hospital do Servidor Público Municipal, no uso das atribuições conferidas pela lei 13.766/04, resolve:

I - Fica retificado o despacho publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo em 20/07/2018, página 94.

Onde se lê:

Processo nº 6210.2018/0003410-3 -

LEIA-SE

Processo nº 6210.2018/0000863-3 -

SAÚDE

COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

DVISAT / NÚCLEO DE VIGILÂNCIA DOS RISCOS À SAÚDE DO TRABALHADOR

Processo Administrativo

O Núcleo de Vigilância dos Riscos à Saúde do Trabalhador, de acordo com o dispositivo na Lei Municipal 13.725/04, art. 1º Inciso IV, art. 149, torna público os seguintes procedimentos administrativos relativo à infração sanitária:

Auto de Imposição de Penalidade

Processo nº/Estabelecimento/Endereço/Nº do Auto/Penalidade

2018-0.056.116-0 / Restaurante Kiloliba Ltda/ R. Ferreira de Araujo, 490 – Pinheiros, SP/SP / Série H-025812 / ADVERTÊNCIA

COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE SUDESTE

SUPERVISÃO DE FINANÇAS-COORDENADORIA DE SAÚDE - CONVOCAÇÂO

Fica(m) convocada(s) a(s) empresa(s) abaixo relacionada(s) a retirar(em) a(s) Nota(s) de Empenho, no prazo de 03 (três) dias úteis após a publicação, na Unidade de Contabilidade , localizada na Rua SILVA BUENO, 821 - Ipiranga, no horário das 9:00 às 14:00 horas. A(s) empresa(s) deverá (ão) apresentar cópias autenticadas do CNPJ, CADIN, CND-INSS, FGTS, Certidão de Regularidade com os tributos municipais ou declaração.

EMPRESAS	PROCESSO	NOTA DE EMPENHO
KIMENZ EQUIPAMENTOS LTDA EPP	6018.2018/0012032-4	72.367/2018
C.T.E.A. COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME	6018.2018/0016029-6	72.136 e 72.161/2018

DESPACHO AUTORIZATÓRIO

Processo nº 6018.2018/0017990-6

I. À vista do noticiado no presente expediente, nos termos da manifestação da Assessoria Jurídica, que acolho, **RETIRRATIFICO** o Despacho, docto. SEI nº 9260976, publicado no DOC de 29/06/2018. pág. 105, para registrar que o nº correto da dotação orçamentária onerada é 84.10.10.301.30 03.2.509.3.3.90.30.00.02 e para incluir menção às sanções administrativas incidentes, na hipótese de inadimplemento contratual: "Sem prejuízo das sanções administrativas e penais previstas na Lei Federal nº. 8.666/93 e Lei Municipal nº. 13.278/02, em caso de inadimplemento a contratada estará sujeita as seguintes penalidades: I. Multa diária de 0,5% (meio por cento) sobre o valor da proposta pela não retirada da nota de empenho no prazo de 03 (três) dias úteis da data da convocação, até o limite máximo até 15 dias corridos, quando se caracterizará a inexecução total; II. Multa diária de 1 % (um por cento) sobre o valor contratual, por atraso em relação ao prazo estabelecido, incidente sobre a parcela entregue fora do prazo, até o limite máximo até 15 dias corridos, quando se caracterizará a inexecução total; III. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratual, pela inexecução parcial do ajuste, incidente sobre a parcela não executada; IV. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratual, na ocorrência de problemas técnicos relacionados com o objeto da contratação; V. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor contratual, pela inexecução total do ajuste. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras; VI. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma". Ficam inalteradas as demais disposições.

CENTRO DE REFERÊNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR SUDESTE (MOOCA) DA COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE SUDESTE

O Centro de Referência em Saúde do Trabalhador Regional da Coordenadoria Regional de Saúde Sudeste (Mooca), de acordo com o disposto na Lei Municipal nº 13.725 de 09/01/04, artigos 1º, inciso IV, 140, 145 e 149, torna públicos os seguintes despachos e procedimentos administrativos relativos a infração sanitária:

AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

Proc. nº / Nome ou Razão Social/Endereço/Série-nº do Auto de Imposição de Penalidade/Penalidade

2017-0.077.788-9 / GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S.A. / Av. Amador Bueno da Veiga , 2709 – Penha – SP / Auto de Infração – Série H / nº 006076 / Auto de Imposição de Penalidade Série H nº 019535 / Penalidade : ADVERTÊNCIA.

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br sábado, 21 de julho de 2018 às 03:03:28.